

HEGEMONIA DO EMPRESARIADO MINERADOR NO ESTADO BRASILEIRO DURANTE OS GOVERNOS “DEMOCRÁTICOS POPULARES”

RESUMO

As reflexões que seguem dialogarão com algumas categorias gramscianas a fim de compreender como a indústria da mineração se movimentou nos últimos governos autodeclarados democráticos populares no Brasil. Considerando que foi durante as gestões do governo Lula, mais precisamente em seu segundo mandato que vivemos o “boom” da economia mineral no país. Essa, deveu-se ao aumento das exportações tanto de minérios para China (principalmente) quanto de grãos advindos das monoculturas latifundiárias. Ao passo que o Brasil se destacou como um dos principais países agro minero exportadores da América Latina nestes anos, seu consumo de agrotóxicos, acidentes e conflitos com a mineração, bem como o aprofundamento das expressões da “questão social”, também aumentaram. Assim, a partir das recentes produções críticas sobre a mineração no país forjadas junto aos movimentos sociais, alinhadas às ferramentas oferecidas por Gramsci, apontaremos a hegemonia do empresariado mineral nos espaços de decisão política, socioeconômica e suas vinculações aos programas de governos supracitados. Aqueles que outrora representaram a esperança de mudança para classe trabalhadora, reproduziram práticas antigas de governos aos quais fizeram oposição. Ademais, informamos que esta elaboração foi realizada na disciplina de Tópicos Avançados em Teoria Social com Ênfase em Gramsci e sua Atualidade, cursada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

Palavras-Chaves: Mineração; Hegemonia; Transformismo.

RESUMEN

Las reflexiones que siguen dialogarán con algunas categorías gramscianas a fin de comprender cómo la industria de la minería se movió en los últimos gobiernos autodeclarados democráticos populares en Brasil. Considerando que fue durante las gestiones del gobierno de Lula, más precisamente en su segundo mandato que vivimos el "boom" de la economía mineral en el país. Esta se debió al aumento de las exportaciones tanto de minerales a China (principalmente) como de granos provenientes de los monocultivos latifundistas. Mientras que Brasil se destacó como uno de los principales países agro mineros exportadores de América Latina en estos años, su consumo de agrotóxicos, accidentes y conflictos con la minería, así como la profundización de las expresiones de la "cuestión social", también aumentaron. Así, a partir de las recientes producciones críticas sobre la minería en el país forjadas junto a los movimientos sociales, alineadas a las herramientas ofrecidas por Gramsci, apuntaremos la hegemonía del empresariado mineral en los espacios de decisión política, socioeconómica y sus vinculaciones a los programas de gobiernos citados. Aquellos que otrora representaron la esperanza de cambio a clase trabajadora, reprodujeron prácticas antiguas de gobiernos a los que se oponen. Además, informamos que esta elaboración fue realizada en la disciplina de

Temas Avanzados en Teoría Social con Énfasis en Gramsci y su Actualidad, cursada en el Programa de Post-Graduación en Servicio Social de la Universidad Federal de Pernambuco.

Palabras-Claves: Minería; La hegemonía; Transformismo.

I. INTRODUÇÃO

A atividade mineral chega ao território nacional junto às expedições ultra marítimas que acompanharam o desenvolvimento do processo de acumulação primitiva do capital com a nascente Europa mercantilista. É provável que as primeiras minas abertas no Brasil tenham sido no estado de São Paulo em 1580 nas regiões de Jaraguá e Cantareira. Em 1725 foram exploradas as primeiras minas no estado de Minas Gerais, nas cidades de Pirenópolis e Natividade, se expandido em seguida para Ouro Preto que chegou a ser a cidade mais populosa das Américas no início do século XVIII.

O primeiro grande ciclo de extração mineral, principalmente de ouro, foi dominado pela coroa portuguesa. Entre os anos de 1875-76 foram criadas a Comissão Geológica do Império Brasileiro e a Escola de Minas de Ouro Preto. Porém de acordo com Limaverde (1979), as medidas de caráter político-econômico que impulsionaram a mineração no país, só aconteceram com a criação do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e a implantação do primeiro “Código de Minas”, em 1934.

Em 1961 foi criado o Ministério de Minas e Energia, no período de transição entre o governo Jânio Quadros e João Goulart, quando se elaborou o “Plano Mestre Decenal Para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil”, para nortear os anos de 1965 a 1974.

A economia mineral do Brasil se expandiu no período de guerras; principalmente com a II Guerra Mundial, jazidas importantes foram descobertas na década de 1940. Essa produção tem crescimentos reais a partir da década de 1970, quando se consolida político administrativamente o setor mineral a nível nacional.

É a partir da política neoliberal brasileira da década de 1990, com o *boom* das *commodities*, que teremos o *boom* da mineração. Esse complexo mercado se consolida ao final dessa década e no início dos anos 2000. Foi no governo auto denominado democrático popular que o país passou a ser o principal exportador de minérios, principalmente de ferro, para China. Com o “novo” governo eleito em nome das massas, mantiveram-se os acordos e a lógica de uma economia pautada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo empresariado. Tais relações já estabelecidas ainda no processo eleitoral, à exemplo dos doadores da campanha de reeleição de Lula em 2006, cuja Vale foi a empresa que doou maior montante.

Analisar essa trama complexa a partir de algumas categorias gramscianas, ao passo que nos possibilita uma análise aproximada radicalmente do real, nos desafia pelo caráter fragmentário de sua obra que transita entre a política, a filosofia e a economia e nos convida, em alguns momentos, a também conhecer a Itália do início do século XX. Desta forma e, reconhecendo nossa iniciação junto ao arsenal denso das categorias gramscianas, analisaremos a movimentação do empresariado da mineração nos governos Lula e Dilma, mais precisamente sua disputa por hegemonia no Estado brasileiro.

II. DESENVOLVIMENTO

Empresariado Mineral: hegemonia com consenso dos governos “democráticos populares”

Para alguns estudos sobre mineração no Brasil, estamos vivendo um momento de “neoextrativismo mineral” (MILANEZ, 2013; SANTOS, 2013), cujos impactos das mais variadas ordens às frações da classe trabalhadora, são evidenciadas há alguns anos por estudos advindos de diversos campos da ciência. Esses autores também afirmam que este estágio da economia brasileira não pode ser caracterizado como “neodesenvolvimentista” em razão do processo de desindustrialização brasileira recente, considerando que o desenvolvimentismo tem como principal aspecto a industrialização em detrimento da exportação de matérias primas.

Esse processo de desindustrialização, quando a indústria perde espaço para a exploração de matérias primárias, é considerada negativa para a economia, pois aumenta a dependência pela exportação destes produtos básicos. Portanto esses autores afirmam o “neoextrativismo, caracterizado pela exploração intensiva das matérias-primas direcionadas para o mercado externo”.

[...] em 2013 apenas 6,4% dos produtos brasileiros industrializados é de alta tecnologia. Ainda, quando agregamos os produtos não industrializados exportados (37,6%), os produtos de alta tecnologia representam apenas 4,1%, enquanto os de baixa tecnologia são 24,8%. [...] somando-se os produtos de baixa tecnologia aos não industrializados, vemos que 62,4% da pauta da exportadora tem baixo valor agregado. (ZONTA; TROCATE, 2015, p.83).

Desde o início dos anos 2000 as exportações de minério só têm aumentado, tendo como principais destinos, em 2013, a “China (50,0%), Japão (11,0%), Alemanha (4,0%), Coreia do Sul e Países Baixos (4,0%)”. “(...) a emissão de alvarás de pesquisa mineral

cresceu 53,1% de 2012 para 2013. Em 2013, foram outorgadas 177 concessões de lavra. Ainda em 2013 foram publicados no Diário oficial da União 13.652 alvarás de pesquisa mineral, enquanto em 2012 foram 8.860 (ZONTA; TROCATE, 2015, p.87)

Milanez (2015) afirmou em entrevista concedida ao Instituto Humanites Unisinos – IHU, que, ao lado da exportação de soja, os minérios foram os responsáveis pelo equilíbrio da balança comercial brasileira e que 80% do minério de ferro extraído do país, em minas a céu aberto, é exportado; “(...) entre 2000 e 2010 a exportação de minério passou de 163 milhões de toneladas para 321 milhões (5,9% das exportações para 15,3%)”, conforme publicou a Agência Nacional de Mineração.

A indústria da mineração sempre foi desenvolvida no Brasil por um capitalismo dependente, subdesenvolvido e baseada numa economia reprimarizada, com um crescente processo de violência que determinou a uma casta da sociedade ser apenas um ator social, vadio e sobrando, nas franjas de toda essa riqueza mineral e das engrenagens da grande fazenda em formação do modelo agrário exportador que moldaria toda a economia nos últimos cinco séculos. (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 10).

Mesmo sob essa engrenagem geradora de pobreza, desigualdades e mortes, os governos “de esquerda” perpetuaram ações como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujos grandes projetos agro-hidro-minero energéticos foram regras neste país, expulsando populações que tradicionalmente ocupavam territórios tradicionais.

A atividade minerária alcançou um importante patamar na economia nacional, “são dois mil e vinte municípios mineradores que recebem a Contribuição Financeira para Exploração Mineral (CFEM), imposto pago pelas mineradoras”. (ZONTA; TROCATE, 2015, p.12). Os mesmos autores afirmam que,

[...] aproximadamente 800 cidades tem a permanência em garimpos clandestinos e quase mil e duzentas que não recebem nenhum tipo de imposto pela exploração de marmorarias, areais ou cascalhos, o que significa a invisibilidade do Estado e da sociedade sobre uma atividade que se remonta a estágios de atraso, empobrecimento de um lado e enriquecimento do outro com o paliativo de atividade sustentável. (p. 12-13).

Foi exatamente no segundo mandato do governo Lula, em 2006, que o minério de ferro passou a ser o principal produto de exportação brasileira, representando 6,49% das vendas, sendo a principal mineradora a empresa, hoje privatizada, criada em 1943, Companhia Vale do Rio Doce – CVRD. Hoje a Vale é a segunda maior empresa mineradora do mundo, realizando exploração mineral em 22 países e presente em 38 países. É também a principal responsável por conflitos socioambientais e doou o montante de R\$ 4.050.000,00 para reeleição de Lula, a principal, das vinte maiores empresas doadoras. (Guiot, 2015)

Neste ranking encontramos ainda a Gerdau com doação de R\$ 3.100.000,00, uma das principais produtoras de aço do país; CNS/Vicunha, a oitava no ranking doadora de R\$ 2.266.000,00, que além do ramo têxtil, também atua com siderurgia nacional. As empresas Votorantim e Instituto Brasileiro de Siderurgia, segundo Guiot (2015), também contribuíram para a campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT).

Os estudos sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) realizados pelo autor supra citado, demonstram o poderio dos empresários nas decisões das políticas socioeconômicas do país durante os anos de 2003 a 2010. Diga-se de passagem, todos os representantes neste conselho tanto das organizações da classe trabalhadora, quanto das empresas, eram nomeados pelo então presidente Lula.

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis a expansão máxima desse grupo, mas esse desenvolvimento e essa expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais', isto é, um grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamentais e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico corporativo. (GRAMSCI, Caderno 13, p. 41-42)

Além do Estado que permaneceu se movimentando com a hegemonia da burguesia favorecendo a mineração, tivemos também nestes governos aportes do legislativo, afinal se fazia necessário alterar e tornar menos "burocrático" o processo de pesquisa, lavra/exploração e beneficiamento dos minérios. Semelhante ao financiamento do executivo, o empresariado minerador também financiou as campanhas eleitorais de alguns deputados federais, com destaque para aqueles que compuseram a Comissão Especial do Novo Código da Mineração (PL 0037/2011).

De acordo com Oliveira (2013), através de um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) que mapeou os doadores da campanha das eleições de 2010 e mostrou que 20% do total de doações adveio de empresas vinculadas à atividade mineral. Esse quadro se agudizou nas eleições seguintes, quando essa porcentagem subiu para 42%.

Esses exemplos aqui mencionados com brevidade acusam a direção intelectual, moral e eficaz do empresariado minerador sob o Estado brasileiro, que nas palavras de Gramsci (2007) é "hegemonia encorajada de coerção" (C6, §88, p.242). Há uma tendência de

esgotamento deste “Estado-coerção” na medida em que a “sociedade regulada (ou Estado ético, ou sociedade civil) se torna cada vez mais notáveis. Para tanto deverá haver uma passagem de uma fase do “Estado-guarda noturno, isto é, de uma organização coercitiva que protegerá o desenvolvimento dos elementos de sociedade regulada em contínuo incremento e que, portanto, reduzirá gradualmente suas intervenções autoritárias e coativas”. (GRAMSCI, 2007 p.243)

Desta forma desde 2012 diversas frações da classe trabalhadoras impactadas pela atividade mineral passaram a se organizar e disputar a mineração no Estado brasileiro. O Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e o Movimento Nacional Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) são exemplos.

Apesar de o empresariado minerador ter contado com o consenso do “governo de esquerda” para execução do seu plano de super exploração da mineração no Brasil, as classes subalternas têm forjado intelectuais que passaram a disputar aquela hegemonia. As organizações populares têm elaborado um conhecimento crítico sobre a mineração no país, bem como vem reivindicando a soberania popular na mineração. Afirmam que as populações devem ter poder de decisão sobre o que, quanto e como minerar, de acordo com militantes do MAM¹.

Guerra de Posição e Guerra de Movimento: conflitos com a mineração nos governos “democráticos populares”?

Ao passo que a Vale se tornou nos últimos anos a maior empresa exportadora de minérios do Brasil, também passou a ser a maior em número de conflitos socioambientais do mundo, segundo Zonta e Trocate (2015). “No ranking de todas as empresas, a Vale fica em quinto lugar, atrás apenas de quatro empresas petrolíferas. Já no Brasil aparece na terceira posição, ao lado da Nigéria, com 58 conflitos socioambientais”. (p.49)

A mineração é a principal atividade econômica causadoras de conflitos no mundo, são “211 conflitos, seguido pelo acesso à terra, com 184 conflitos” (ZONTA; TROCATE, 2015, p.49). Canadá, Moçambique, Colômbia, Peru e outros países aparecem no mapeamento dos conflitos socioambientais feitos por uma iniciativa recente da Universidade Autônoma de Barcelona. No Brasil, a principal fonte de conflitos causados pela Vale está presente no complexo de Carajás, no Pará.

¹ Conforme acesso em fevereiro de 2018. Disponível em: <http://mamnacional.org.br/mam/historico/>

Com 892 quilômetros de extensão, e passando por 26 municípios, a EFC (Estrada de Ferro Carajás) afeta a vida de mais de um milhão de pessoas ao longo do seu trajeto. Até 2012, foram 175 mortes causadas por atropelamentos nas rodovias da empresa. A ferrovia atravessa comunidades inteiras, prejudicando a sociabilidade destes territórios. (ZONTA; TROCATE, 2015, p. 50)

Poderíamos citar diversos outros conflitos existentes em todo o país causados por mineradoras. O mais recente e visibilizado crime de Mariana, ocorrido em 2015, destruiu famílias, fauna, flora e o Rio Doce que vitalizava alguns Estados brasileiros. Porém o que buscamos com este tópico é refletir sobre a permanência dos conflitos entre a classe trabalhadora e suas frações camponesas, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, etc. e empresários, nos governos auto denominados democráticos populares.

Como os governos que se elegeram em nome das massas para mudança de suas vidas e ruptura com as práticas burguesas anteriores, permanecem sob o mesmo moinho de movimentação do capital? Nas palavras de Edmundo Dias (2003), “(...) o fora FHC não veio com o fora FMI, muito pelo contrário”.

Toda essa hegemonia do empresariado da mineração sob o Estado brasileiro busca também atender as demandas do mercado internacional. Sobre essa relação de subordinação internacional, Gramsci refletia a partir do contexto da Itália, que nos possibilita compreender essa subalternidade do Brasil à economia internacional.

Quanto mais a vida econômica imediata de uma nação se subordina às relações internacionais, tanto mais um determinado partido representa essa situação e a explora para impedir o predomínio dos partidos adversários [...] pode-se chegar à conclusão de que com frequência o chamado “partido do estrangeiro” não é propriamente aquele que é apontado como tal, mas precisamente o partido mais nacionalista, que na realidade, mais do que representar as forças vitais do próprio país, representa sua subordinação e servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas”. (GRAMSCI, Caderno 13, p.20)

O que partido para Gramsci, é o príncipe de Maquiavel. Para Gramsci “O Príncipe” de Maquiavel é pura abstração, símbolo de um lidere que não existiu na realidade italiana, “[...] o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação”. (p. 16) Para Gramsci esse organismo é o partido político, fruto do desenvolvimento histórico; “[...] a primeira célula na qual se sintetizam germens de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais”. (p. 16)

A vontade coletiva do capital mineral tem garantido a movimentação do seu lucro com o suporte dos governos, inclusive os auto declarados populares. A atividade mineral alcançou seu ápice exatamente durante os dois mandatos dos governos do Partido dos Trabalhadores.

Talvez esses governos e suas massas militantes tenham realizado nos últimos anos a “Revolução Passiva” outrora refletida por Gramsci. Essa que se encontra a princípio na “guerra de posição”, movimento de renovação e conservação, cuja resistência passiva é o que movimenta as transformações.

“A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas de população; por isso é necessária uma concentração inaudita da hegemonia [...]”, essa, uma vez vencida, é decisiva. Já a “guerra de movimento” busca conquistas temporárias, não decisivas ou radicais.

Vimos com esses governos a mudança não estrutural na vida da classe trabalhadora, assim como também ensaiou a participação popular na tomada de decisão do Estado. Um carro chefe desses governos foi a criação dos conselhos de políticas públicas e de conferências. Segundo Dias (2003) o presidente Lula insistiu nestes espaços como grande avanço e ganho da democracia do país, esquecendo que a “sociedade civil” é também constituída por organizações da burguesia.

As classes subalternas conseguiram através dos movimentos sociais pautar e assegurar demandas históricas relacionadas aos camponeses, às populações negras, às mulheres, entre outras frações da classe, neste processo de disputa pela hegemonia. Porém conforme sinalizamos anteriormente, os empresários também alcançaram lugar comum na sociedade política brasileira. Desta forma, foram nestes governos em que grandes projetos em benefício do empresariado e de impactos à classe trabalhadora, foram consolidados, afinal neste movimento de “revolução passiva” a cidadania é campo privilegiado.

Uma ideologia, quando separada e posta em contraposição a sua antiga base social, se revela como um discurso que consegue dar coerência às formulações mais contraditórias e apresentar como ruptura o que é continuidade. Pode afirmar que um futuro radicalmente diferente possa ser gestado por um atual que o nega de forma absoluta. E apresentar como natural o que é histórico e assimetricamente contraditório. Pode até mesmo dar um certo alívio às consciências militantes, pegadas no contrapé da política. Mas, seguramente, não as armará para a transformação da totalidade social. (DIAS, 2003, p .9)

A “guerra de posição” tem conexão com “guerra de movimento ou manobra”, tal qual outras tantas categorias gramscianas são vinculadas. Guerra de movimento ou manobrada se expressa através do confronto de duas forças antagônicas e está conectada com a “revolução permanente”. Esse conceito elaborado nos idos de 1848 por Marx e Engels, foi atualizado por Trotsky no início do século XX; “(...) como expressão do jacobinismo em um período no qual ainda não haviam sido constituídos os grandes partidos políticos e os grandes

sindicatos econômicos e que ulteriormente será composto e superado no conceito de hegemonia civil". (BINCHI, 2008)

Essas categorias gramscianas dialogam diretamente com o "transformismo", conceito também desenvolvido pelo autor na busca de compreender o governo italiano do seu período. Nas palavras de Gramsci, "o transformismo significa um método para implementar um programa limitado de reformas, mediante a cooptação pelo bloco no poder de membros da oposição". (2007, p. 394) "O transformismo paga seu preço e permite aos 'aparentemente' vencidos, falar de incoerência dos 'aparentemente' vencedores. Falo em aparentemente porque o que estava em jogo não era apenas o nome do candidato, mas os destinos da totalidade social". (DIAS, 2003, p. 14)

[...] na política subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não decisivas e, portanto, não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia e do Estado; mas quando, por uma razão ou por outra, estas posições perderam seu valor e só aquelas decisivas têm sua importância, então se passa à guerra de assédio, tensa, difícil, em que exigem qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo" (GRAMSCI, 2007, §138, p.255)

Com Gramsci vimos que o "centauro maquiaveliano" não se separa sociedade civil da sociedade política e que o Estado só será democrático quando sociedade civil e política se relacionarem plenamente. Sem dúvida os governos do PT marcaram a história política deste país numa perspectiva de contribuir para conciliação entre as classes. Com as contribuições de Gramsci a,

[...] passagem nítida da estrutura para esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em 'partido', entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno da quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano 'universal', criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados". (GRAMSCI, Caderno 13, p.41)

Desta forma percebemos que os territórios camponeses estão sendo disputados por essa fração do empresariado capitalista. Aqueles têm tentado mostrar que produzem e reproduzem suas vidas sob outra lógica e que em seu modo de vida não cabe esse formato de extração e beneficiamento mineral. Têm feito a disputa ideológica também com o paradoxal agronegócio, demonstrando a importância da agricultura familiar/camponesa, produzida sob outra lógica.

Na construção do "bloco histórico", outra categoria gramsciana que auxilia a concepção de Estado, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam

historicamente concebidas sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais. (Dicionário Gramsciano, p.66).

III. CONCLUSÕES

O que observamos a partir do que fora apresentado é a disputa da sociedade civil pela hegemonia do Estado. Porém os empresários da mineração têm contado com o amparo e a parceria da “sociedade política” para garantia das suas demandas lucrativas. O mesmo não tem acontecido com as classes subalternas, em especial com as populações camponesas impactadas por essas empresas.

Noutros casos de conflito entre classes subalternas e classes empresariais do capital mineral, essas últimas têm conquistado vitória com o aval dos aparelhos privados de hegemonia e da “sociedade política” do Estado. Poucos têm sido as situações contrárias e de vitória para o povo.

Apesar disso as contribuições gramscianas nos apresentam as contradições e as possibilidades de disputa pela hegemonia, considerando a ampliação do Estado, não só centrado na “sociedade política”, mas também nas disputas empetradas pela sociedade civil.

Considerando que esse cenário acusa a trajetória de governos que se elegeram com uma base popular da classe trabalhadora, que a duras penas fez das ruas um palco de longas caminhadas vermelhas, mas que permaneceu atendendo as necessidades do capital. Considerando o avanço da hegemonia do empresariado minerador com incentivos da sociedade política brasileira durante os governos autodenominados de esquerda.

Nas palavras de Gramsci “O Príncipe” de Maquiavel ensaia os passos para fundar um novo Estado monárquico, em Gramsci esse novo Estado é tarefa do partido político. Considerando ainda a crise dos projetos da esquerda brasileira que fragilizaram as organizações e movimentos populares, resvalando num processo de descenso das massas. Corroboramos com Dias (2003), esse afirma que todo esse processo contraditório exige como nunca antes a necessidade de se manter organizados em lutas e mobilizações. “[...] de se perceber que todo e qualquer processo só pode ser obra coletiva de militantes de diversas orientações unificados em torno de um projeto de transformação social e não de uma vitória eleitoral”. (p.26)

Da necessidade, enfim, de construção de novos intelectuais e por sua vez de um ou novo (s) partido (s) cuja soberania e democracia popular seja regra em busca da emancipação social.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história, política**. São Paulo: Alameda, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. (ORG). **O Leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DURIGUETO, Maria Lúcia. **A questão dos intelectuais em Gramsci**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. Nº 118, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIOT, André Pereira. **Dominação Burguesa no Brasil: Estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010**. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

OLIVEIRA, Clarissa Reis. **Quem é Quem nas Discussões do Novo Código da Mineração**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), 2013).

ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (ORGS). **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Marabá, PA: Editorial Iguana, 2015.